


**UM OLHAR SOBRE O RELATO INTEGRADO À LUZ DA ECOLOGIA INTEGRAL NA
LAUDATO SI'¹**

**A LOOK AT INTEGRATED REPORTING IN THE LIGHT OF INTEGRAL ECOLOGY IN
LAUDATO SI'**

**UNA MIRADA AL INFORME INTEGRADO A LA LUZ DE LA ECOLOGÍA INTEGRAL EN
LAUDATO SI'**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-101>

Data de submissão: 10/05/2025

Data de publicação: 10/06/2025

Antônio Dias Pereira Filho

Doutor em Administração pela Université Grenoble Alpes
Professor e pesquisador na Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
E-mail: antoniodiasperfil@gmail.com

RESUMO

Os desafios socioambientais se impõem à humanidade, razão pela qual a sustentabilidade tem se tornado um tema cada vez mais estudado na atualidade. A encíclica Laudato Si' é um fruto desses estudos. Por meio dela, indivíduos, famílias e organizações são exortados a adotar novos comportamentos com vistas à utilização responsável dos recursos naturais e à proteção da casa comum. De modo particular, às empresas cabe um papel fundamental, principalmente por causa das externalidades negativas decorrentes de suas atividades. Atentas às expectativas crescentes quanto ao seu desempenho e ao potencial de impacto do tema, elas têm, em geral, buscado implementar ações e projetos de caráter sustentável cujos produtos são divulgados via relato integrado. Isso posto, o objetivo deste trabalho consiste em analisar o dito relatório à luz da ecologia integral, de modo a evidenciar seu potencial de contribuir para a realização desse conceito central da Laudato Si'. A fim de lograr tal intento, o trabalho realiza uma pesquisa bibliográfica a partir de estudos nos campos da Contabilidade e da Teologia. Os resultados obtidos revelam, por um lado, a importante evolução representada pelo relato integrado no âmbito da comunicação das empresas, visto que lhes permite divulgar a diferentes stakeholders o desempenho alcançado nas esferas financeira e não financeira. Tais divulgações incluem dados e informações relativos aos capitais financeiro, manufaturado, humano, intelectual, natural e social. Dessa forma, o relato integrado favorece o cumprimento da ecologia integral. São importantes as convergências entre ambos. Por outro lado, os resultados também apontam consideráveis obstáculos que precisam ser superados, a fim de que o relato integrado progrida e se torne um instrumento efetivo de promoção do desenvolvimento sustentável e integral. Para isso, outros avanços são necessários, notadamente no campo da educação.

Palavras-chave: Laudato Si'. Ecologia integral. Relato integrado. Gestão integrada. Desempenho sustentável.

¹ Um resumo de comunicação foi apresentado no IX Congresso ANPTECRE e publicado no seu Caderno de Resumos (Campinas - SP, 2023).

ABSTRACT

The socio-environmental challenges are imposing themselves on humanity, which is why sustainability has become an increasingly studied topic today. The encyclical *Laudato Si'* is the fruit of these studies. Through it, individuals, families and organizations are urged to adopt new behaviors with a view to using natural resources responsibly and protecting our common home. In particular, companies have a key role to play, mainly because of the negative externalities resulting from their activities. In response to growing expectations about their performance and the potential impact of the issue, they have generally sought to implement sustainable actions and projects, the products of which are published in an integrated report. That said, the aim of this paper is to analyze this report in the light of integral ecology, in order to highlight its potential to contribute to the realization of this central concept of *Laudato Si'*. In order to achieve this, the paper carries out a bibliographical survey based on studies in the fields of Accounting and Theology. The results obtained show, on the one hand, the important evolution represented by integrated reporting in the field of company communication, since it allows them to disclose to different stakeholders the performance achieved in the financial and non-financial spheres. These disclosures include data and information on financial, manufacturing, human, intellectual, natural and social capital. In this way, integrated reporting favors the fulfillment of integral ecology. The convergences between the two are important. On the other hand, the results also point to considerable obstacles that need to be overcome if integrated reporting is to progress and become an effective instrument for promoting sustainable and integral development. For this to happen, further progress is needed, particularly in the field of education.

Keywords: *Laudato Si'*. Integral ecology. Integrated reporting. Integrated management. Sustainable performance.

RESUMEN

Los retos socioambientales se imponen a la humanidad, por lo que la sostenibilidad se ha convertido hoy en un tema cada vez más estudiado. La encíclica *Laudato Si'* es fruto de estos estudios. A través de ella, se insta a individuos, familias y organizaciones a adoptar nuevos comportamientos con vistas a utilizar los recursos naturales de forma responsable y proteger nuestra casa común. En particular, las empresas tienen un papel fundamental que desempeñar, principalmente debido a las externalidades negativas derivadas de sus actividades. Conscientes de las crecientes expectativas sobre su desempeño y del impacto potencial del tema, en general han buscado implementar acciones y proyectos sostenibles, cuyos productos se dan a conocer a través del informe integrado. Teniendo esto en cuenta, el objetivo de este artículo es analizar este informe a la luz de la ecología integral, con el fin de destacar su potencial para contribuir a la realización de este concepto central de *Laudato Si'*. Para ello, el trabajo realiza una investigación bibliográfica basada en estudios en los campos de la Contabilidad y la Teología. Los resultados obtenidos ponen de manifiesto, por un lado, la importante evolución que representa el informe integrado en el ámbito de la comunicación de las empresas, ya que les permite dar a conocer sus resultados en las esferas financiera y no financiera a las distintas partes interesadas. Estas divulgaciones incluyen datos e informaciones relativos al capital financiero, manufacturero, humano, intelectual, natural y social. De este modo, los informes integrados favorecen el cumplimiento de la ecología integral. Las convergencias entre ambos son importantes. Por otro lado, los resultados también señalan obstáculos considerables que deben superarse para que los informes integrados progresen y se conviertan en un instrumento eficaz para promover el desarrollo sostenible e integral. Para ello, es necesario seguir avanzando, sobre todo en el ámbito de la educación.

Palabras clave: *Laudato Si'*. Ecología integral. Informes integrados. Gestión integrada. Desempeño sostenible.

1 INTRODUÇÃO

A humanidade se encontra diante de inúmeros desafios, dentre os quais se impõem os de natureza ambiental e social. De acordo com o relatório do IPCC (2023), as mudanças climáticas têm, dentre outros efeitos, ocasionado secas prolongadas, escassez de água, inundações, redução da biodiversidade, tempestades, incêndios rigorosos, desertificação. Tudo isso leva ao declínio da qualidade de vida e à desolação social, como bem ressaltado pela encíclica *Laudato Si'* (LS) e reforçado pela exortação apostólica *Laudate Deum* (LD), ambas publicadas pelo papa Francisco, respectivamente, em 2015 e 2023.

Mediante o conceito de “ecologia integral” (Francisco, 2015, p. 85-97), a LS preconiza a necessidade urgente de se desenvolver, difundir e implementar uma nova mentalidade, a fim de que o ser humano modifique profundamente a maneira de se relacionar com seus semelhantes e com o meio ambiente ao seu redor.

Dar concretude a essas preconizações revela-se uma tarefa árdua para a humanidade que vive, segundo Francisco (2015, p. 65 e 73), imersa na lógica dos paradigmas “tecnocrático” e “antropocêntrico”. Em face disso, ela é exortada a realizar uma imperiosa transformação em termos de pensamento, atitude, comportamento e prática efetiva com vistas à preservação e ao cuidado do planeta que é a casa de toda a criação. Todos devem se envolver ativamente, ou seja, indivíduos, famílias, governos e organizações em geral, posto que a crise climática impacta a vida humana em nível global (Garnett e Balmford; 2022; Francisco, 2023).

Nesse sentido, revela-se imprescindível a atuação das empresas. Primeiro, porque elas representam uma “instituição que produz vínculo social entre os indivíduos” (Autissier *et al.*, 2018, p. 81), ao mesmo tempo em que funcionam como “lugar de criação de riquezas”, “lugar de vida” e “lugar de repartição” (Brémond; Gélédan, 1984, p. 119). Segundo, por causa das externalidades negativas ou custos imputados à sociedade em decorrência de suas atividades operacionais (Pindyck; Rubinfeld, 2013). Terceiro, devido ao seu potencial de influenciar, mediante decisões relativas a investimentos e ofertas de produtos e serviços, as opções de escolha à disposição das pessoas (Garnett; Balmford, 2022).

Diante disso, são crescentes as reivindicações que pesam sobre as empresas. De um lado, fruto das pressões exercidas pelas partes interessadas ou *stakeholders* (Vitolla *et al.*, 2019) a fim de que suas expectativas e demandas sejam levadas em conta. De outro lado, em função do endurecimento de regulamentações em matéria de sustentabilidade (Beyneix, 2023), tanto em nível nacional quanto internacional. Conseqüentemente, as empresas têm, de modo geral, voluntária ou obrigatoriamente considerado os desafios ambientais e sociais, os quais podem ser vistos, de acordo com ISSB (2024) e

Barbian (2024), como restrições, riscos e oportunidades para seus negócios. Essa atitude tem resultado em progressos no campo da responsabilidade social corporativa (RSC), um tema que, aliás, vem se tornando cada vez mais presente na academia e no cotidiano dos negócios (Fatima; Elbanna, 2023; Rau; Yu, 2024).

Dentre os avanços alcançados, destaca-se o relato integrado. Trata-se de um novo veículo de comunicação empresarial que visa proporcionar aos *stakeholders* maior transparência e completude acerca do desempenho das organizações (Yablonsky *et al.*, 2017; Dimes; Molinari, 2023; Donkor; Trireksani; Djajadikerta, 2024). De acordo com sua perspectiva, este deixa de ser exclusivamente financeiro e passa a incluir também as chamadas dimensões não financeiras (Pavlopoulos; Magnis; Iatridis, 2017; Cruz *et al.*, 2024).

Portanto, não basta a empresa ser viável do ponto de vista econômico-financeiro. Além disso, ela deve ser responsável e justa, respectivamente, do ponto de vista ambiental e social, para que mantenha sua continuidade. Logo, o lucro não deve ser obtido a qualquer custo, mas mediante o exercício da responsabilidade e da justiça, em respeito à dignidade humana e com vistas ao bem comum, como bem salientado por São João Paulo II na encíclica *Centesimus Annus* (1991). Em face das exigências impostas pelas crises ambiental e social, torna-se particularmente relevante essa necessidade de as empresas lograrem êxito tanto na esfera financeira quanto na não financeira (Pereira Filho, 2025a).

Isso posto, o presente trabalho tem por objetivo analisar o relato integrado à luz da “ecologia integral” (Francisco, 2015, p. 85-97), de modo a evidenciar seu potencial de contribuir para dar concretude a esse conceito central da LS. Sua realização se justifica na medida em que o cenário contemporâneo requer, em caráter de urgência, modelos de desenvolvimento que ultrapassem a lógica predominantemente econômico-financeira, incorporando a complexidade inerente às relações que se estabelecem entre empresas, sociedade e meio ambiente, bem como às dimensões de desempenho delas decorrentes.

Assim sendo, a perspectiva transversal proposta neste estudo revela-se promissora. Mais precisamente, ela possibilita explorar a convergência entre um importante instrumento de comunicação empresarial e um conceito teológico de grande relevância e atualidade para a prática sustentável, o que pode fomentar novas pesquisas na academia e novos comportamentos e ações na esfera da prática gerencial. Em termos metodológicos, a pesquisa adota uma abordagem dedutiva e recorre a uma revisão de literatura nos campos da Contabilidade e da Teologia.

Afora esta introdução e as considerações finais, este trabalho compreende três seções. A primeira procura destacar os principais aspectos inerentes ao conceito de “ecologia integral”

(Francisco, 2015, p. 85-97) na encíclica *Laudato Si'*. A segunda se debruça sobre o relato integrado a fim de defini-lo e caracterizá-lo enquanto instrumento de comunicação das empresas com os diferentes *stakeholders*. Por sua vez, a terceira seção analisa a capacidade do relato integrado de colaborar na realização do “desenvolvimento sustentável e integral” (Francisco, 2015, p. 16).

2 A ECOLOGIA INTEGRAL NA *LAUDATO SI'*

A “ecologia integral” (Francisco, 2015, p. 85-97) representa o ápice da encíclica *Laudato Si'*, mediante a qual é, segundo Luyckx (2020, p. 83), popularizada enquanto “reflexão tipicamente cristã sobre a ecologia”. Apresentada no capítulo IV do citado documento pontifício, ela consiste numa perspectiva de ecologia que adota uma abordagem integral e holística para estudar as relações que os seres humanos estabelecem entre si e com o meio ambiente. Adjetivada como integral, trata-se de uma ecologia que envolve diferentes dimensões da existência humana, suas inter-relações e seus impactos recíprocos (Francisco, 2015).

Desse modo, e tendo em vista “um tipo de desenvolvimento humano mais próximo ao Evangelho” (Luyckx, 2020, p. 83), a “ecologia integral” (Francisco, 2015, p. 85-97) permite melhor analisar, compreender e encontrar saídas para as atuais crises ambiental e social que tanto afligem a humanidade. Na visão de Sánchez-Camacho e Moreno (2024, p. 1), ela pavimenta mesmo a proposição de “processos para acabar com a pobreza, a exclusão e a degradação ambiental”.

A complexidade inerente aos desafios ambientais e sociais requer reflexões, análises e soluções completas e integradas à luz do entendimento de que “tudo está intimamente relacionado” (Francisco, 2015, p. 85). Tendo em vista sua natureza global, são problemas que não devem ser enfrentados de maneira isolada (Umbrello, 2024). Ao contrário, requerem o envolvimento e a participação de múltiplos atores para a busca de soluções mais completas.

Dentro dessa perspectiva, a “ecologia integral” articula, segundo Francisco (2015, p. 85-97) e De Mori (2024), dimensões como a humana, a social, a econômica, a cultural e a da vida cotidiana, as quais devem ser consideradas de modo integrado com vistas à realização do ser humano em sua inteireza. Isso significa que nenhuma dimensão deve ser negligenciada. Todas contam e são igualmente importantes para que o “autêntico progresso” seja alcançado e, conforme requerido, “produza uma melhoria global na qualidade de vida humana” (Francisco, 2015, p. 90).

Revela-se, portanto, incompatível lograr êxito econômico à custa da degradação e deterioração do meio ambiente e da vida em geral (Pereira Filho, 2025a). Assim, a fim de que o progresso seja obtido com cuidado, respeito e responsabilidade, bem como usufruído por todos, a “ecologia integral”

(Francisco, 2015, p. 85-97) reconhece também a imprescindível necessidade de se incorporar às suas diferentes dimensões o princípio do bem comum e a justiça intergeracional.

De acordo com Francisco (2015, p. 95), “o bem comum pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento integral”. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, publicada pelo papa Paulo VI em 1965, o define enquanto “conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição” (n. 26).

Em face das condições de fome, miséria, desigualdade, injustiça e tantas outras mazelas que ainda subsistem na sociedade hodierna, é inevitável que o princípio do bem comum se constitua num genuíno “apelo à solidariedade” e à “opção preferencial pelos mais pobres” (Francisco, 2015, p. 95). De Mori (2024) igualmente compartilha essa inevitabilidade.

Intrínseca ao bem comum, a justiça intergeracional pressupõe a inexistência de “desenvolvimento sustentável sem uma solidariedade intergeracional” (Francisco, 2015, p. 95-96). É por esse motivo que a exploração e a utilização dos recursos, especialmente os naturais, deve ser feita com respeito e responsabilidade em benefício da geração atual e de seus descendentes, para que ambos sejam capazes de usufruir um bem-estar equivalente, satisfazendo suas necessidades e desejos, sem comprometer e destruir a vida no planeta.

Como bem realçado por Ballet e Mahieu (2003, p. 61), diante das “irreversibilidades do capital natural e suas diferenças radicais com o capital manufaturado, um aumento deste último não pode compensar a degradação do primeiro”. Consequentemente, não é possível propor “um princípio de compensação”, ou seja, “capital físico ou financeiro em troca de capital natural”. Essa impossibilidade impõe a obrigação de o capital natural ser devidamente protegido e empregado com parcimônia para o bem da humanidade.

O Quadro 1 abaixo procura oferecer uma síntese dos principais aspectos da “ecologia integral” (Francisco, 2015, p. 85-97) sob o ponto de vista deste trabalho.

Quadro 1 – Principais aspectos da ecologia integral

Aspectos	Descrições
Relação ser humano - meio ambiente	Pressupõe uma maneira mais equilibrada, justa e responsável de o ser humano se relacionar com seus semelhantes e com o meio ambiente.
Perspectiva	Adota uma perspectiva integrada e holística, orientada pela noção de que tudo está intimamente relacionado, com vistas a refletir, analisar e propor caminhos para o enfrentamento dos desafios ambientais e sociais.
Multidimensionalidade	É multidimensional na medida em que considera e envolve diferentes dimensões da existência, tais como a humana, a social, a econômica, a cultural e a da vida cotidiana.

Princípio do bem comum	Procura assegurar as condições necessárias para que o ser humano se desenvolva por completo, ou seja, em todas as suas dimensões. O verdadeiro progresso deve ser para todos e melhorar a qualidade de vida humana.
Justiça intergeracional	A geração atual deve satisfazer suas necessidades e desejos e, portanto, usufruir de determinado nível de bem-estar, de modo a permitir que seus descendentes tenham a mesma oportunidade.
Solidariedade	Julga indispensável ser solidário em relação aos pobres, destituídos e vulneráveis da sociedade contemporânea, bem como às gerações futuras.
Sustentabilidade	Visa promover o desenvolvimento sustentável e integral do ser humano e de seus descendentes, o que induz a utilização responsável e cuidadosa dos recursos naturais.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

3 O RELATO INTEGRADO E A NOVA COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

Tradicionalmente, a comunicação das empresas dirigida a seus diferentes usuários é de natureza, essencialmente, financeira. Mais precisamente, ela consiste num conjunto de demonstrações contábeis ou financeiras cujo objetivo principal é retratar as posições patrimonial e financeira da entidade ao fim de determinado período contábil (CFC, 2017; Iudícibus *et al.*, 2022).

Atualmente, tais demonstrações são elaboradas e publicadas segundo o modelo contábil baseado nas normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e compreendem o balanço patrimonial (ativos e passivos; bens, direitos e obrigações), a demonstração do resultado do exercício (lucro ou prejuízo obtido), a demonstração do resultado abrangente (resultado do exercício e outros resultados abrangentes), a demonstração dos fluxos de caixa (fluxos de caixa operacional, de investimentos e de financiamentos), a demonstração das mutações do patrimônio líquido (movimentação das contas do patrimônio líquido) e a demonstração do valor adicionado (riqueza gerada e sua distribuição). Além disso, algumas notas explicativas acompanham as referidas demonstrações (CFC, 2017; Iudícibus *et al.*, 2022; Alibhai *et al.*, 2023).

Tendo em vista a natureza dos dados e informações proporcionados, esses relatórios respondem, sobretudo, às necessidades dos provedores de capitais financeiros (próprios e de terceiros) cujo principal interesse consiste em avaliar a capacidade de geração de caixa da empresa, a fim de sejam devidamente remunerados em função do risco incorrido. Os demais usuários ou partes interessadas acabam não sendo suficientemente atendidos em suas demandas que, além de aspectos econômico-financeiros, abrangem outras dimensões também relevantes acerca do desempenho das empresas, notadamente as de natureza não financeira (Yablonsky *et al.*, 2017). Em face dessa limitação, o tradicional modelo financeiro de relatório empresarial tem sido criticado, até mesmo pela própria profissão contábil (Soriya; Rastogi, 2022; Dewi; Anggara; Lindrianasari, 2024; Mohd Ali *et al.*, 2024).

Ademais, há que se considerar os atuais desafios, riscos e incertezas que se impõem e levam a sociedade a questionar o papel exercido pelas empresas. Assim, em vez da predominante busca pela obtenção de lucro no curto prazo e maximização da riqueza de seus proprietários (sócios ou acionistas), é cada vez mais exigido que as empresas sejam igualmente capazes de criar valor para as pessoas, a sociedade e o meio ambiente (Dewi; Anggara; Lindrianasari, 2024). De acordo com o IBGC (2023, p. 16), isso implica a criação de “valor compartilhado” entre os proprietários e os outros *stakeholders*. Como efeito, a atuação das empresas deve se pautar no reconhecimento da “interdependência entre as organizações e as realidades econômica, social e ambiental em que estão inseridas”.

Uma abordagem dessa natureza se inscreve no campo da responsabilidade social corporativa (RSC), segundo a qual as organizações e, de modo particular, as empresas, devem reconhecer os impactos ou as externalidades negativas que suas atividades operacionais acarretam à sociedade, ao meio ambiente, à economia e a outras esferas da vida (Dhifi; Lajnef, 2024). Mais precisamente, a RSC pode, segundo Maymo e Murat (2023), ser considerada um caminho para a incorporação dos princípios do desenvolvimento sustentável nas diversas atividades que as empresas executam para ofertar produtos e serviços.

Ao atuar de modo responsável, a empresa favorece a adoção de uma visão de longo prazo e, por conseguinte, a busca de “valor compartilhado” (IBGC, 2023, p. 16), com vistas a contemplar as expectativas das partes interessadas e não somente de seus proprietários. Isso porque, conforme diretrizes da norma ISO 26.000 (2010), ela tende a se esforçar para implementar as melhores práticas de gestão em relação a temas como governança, direitos humanos, relações e condições de trabalho, meio ambiente, lealdade das práticas inerentes às transações, relações com consumidores, bem como envolvimento e progresso da comunidade onde opera. O resultado é uma gestão mais respeitosa, comprometida e alinhada aos anseios da sociedade hodierna.

É, portanto, dentro desse contexto – marcado por limitações dos tradicionais relatórios financeiros, questionamentos sociais, pressões de *stakeholders*, carência de dados e informações sobre desempenho não financeiro – que surge o relato integrado enquanto novo canal de comunicação das empresas. Segundo Eccles e Krzus (2014), Dimes e Molinari (2023) e Chirairo e Molele (2024), trata-se de um significativo avanço em resposta às crescentes demandas e expectativas que recaem sobre as organizações.

De acordo com Chirairo e Molele (2024), desde 2013, mediante a publicação do *Integrated Reporting Framework* pelo *International Integrated Reporting Council*, o relato integrado tem, gradativamente, evoluído e se tornado um instrumento coeso de divulgação de dados e informações financeiros e não financeiros relativos ao desempenho das empresas. Um importante reforço e estímulo

nesse sentido resultou da criação, em 2021, do *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Sua utilização tem igualmente aumentado, mas ainda de modo predominantemente voluntário. A África do Sul, vista como um dos primeiros países a adotar o relato integrado, exige sua publicação pelas companhias listadas na Bolsa de Valores de Joanesburgo (Chirairo; Molele, 2024). Recentemente, no Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários publicou uma orientação técnica cujas instruções devem ser seguidas pelas empresas de capital aberto para fins de preparação e divulgação do relato integrado (CVM, 2020).

Por meio do relato integrado, as empresas divulgam, sob a forma de um único relatório, dados e informações tanto de natureza financeira quanto não financeira acerca dos resultados alcançados por uma empresa em determinado período, proporcionando, assim, maior transparência aos *stakeholders* (IIRC, 2013; Camilleri, 2018; Soriya; Rastogi, 2022; Cruz *et al.*, 2024). Os dados econômico-financeiros são provenientes das demonstrações financeiras elaboradas e publicadas em conformidade com o modelo contábil das IFRS. Por sua vez, os de natureza não financeira (sociais, ambientais e outros) provêm de relatórios elaborados pela empresa com base em diferentes diretrizes, métricas e metodologias disponíveis, tais como *Global Reporting Initiative* (GRI), *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), *Triple Bottom Line Reporting* (TBL), ISO 26000, dentre outras. Aliás, essa multiplicidade de quadros de referência pode, segundo Rau e Yu (2024), ser vista como uma fragilidade das divulgações não financeiras, notadamente em termos de comparabilidade, consistência e padronização.

De acordo com o IIRC (2013, p. 7), o relato integrado traz em seu conteúdo aspectos relativos à “governança”, ao “modelo de negócio”, ao “desempenho” e às “perspectivas” da empresa acerca do seu contexto de atuação. Dentre os princípios básicos para sua elaboração e divulgação, insta destacar a “orientação para o futuro” e as “relações com partes interessadas”. Ambos os princípios levam a empresa a adotar uma visão de longo prazo e a considerar as múltiplas expectativas em relação aos resultados de suas operações.

Dentre outras, a implementação do relato integrado proporciona duas importantes contribuições para a gestão das empresas e que favorecem o desenvolvimento sustentável. Trata-se do pensamento integrado (gestão integrada) e da criação de valor (IIRC, 2013; Jayasiri; Kumarasinghe; Pandey, 2023; Cruz *et al.*, 2024).

O pensamento integrado é fruto da necessidade de a empresa se dedicar à busca de resultados tanto financeiros quanto não financeiros, o que requer uma visão mais global e holística acerca do conjunto de suas atividades e das interações com as diferentes partes interessadas. Mais precisamente, o pensamento integrado implica a consideração dos relacionamentos que se estabelecem entre uma

empresa e “suas várias unidades operacionais e funcionais”, bem como “os capitais” que ela “usa ou afeta” (IIRC, 2013, p. 3).

Como consequência, a empresa é encorajada a praticar uma gestão integrada cujo principal propósito consiste na “criação de valor a curto, médio e longo prazos” (IIRC, 2013, p. 3). Para isso, é imprescindível que em seus processos decisórios sejam contemplados não apenas os interesses do capital financeiro, que prioriza o curto prazo, mas os de todos os *stakeholders*, abrindo, então, espaço para outras importantes dimensões do desempenho, tais como as ambientais e sociais.

Dentro dessa perspectiva, cabe à empresa gerir e criar valor para diferentes capitais. Segundo o IIRC (2013, p. 13-14), estes compreendem o “capital financeiro” (investimentos e ativos operacionais), o “capital manufaturado” (ativos tangíveis manufaturados), o “capital humano” (competências, capacidades, experiências e motivações), o “capital intelectual” (base de conhecimentos e ativos intangíveis), o “capital natural” (recursos renováveis e não renováveis da natureza) e o “capital social” (instituições e relacionamentos). Assim, de uma gestão “monocapital”, centrada no capital financeiro, a empresa passa a adotar um modelo de gestão “multicapital” (IIRC, 2020, p. 14). Particularmente sob a ótica da sustentabilidade, trata-se de uma importante evolução.

À luz do exposto, o Quadro 2 abaixo sintetiza os principais aspectos inerentes ao relato integrado segundo a ótica deste estudo.

Quadro 2 – Principais aspectos do relato integrado

Aspectos	Descrições
Multidimensionalidade (abordagem multicapital)	Divulgação de dados e informações referentes aos desempenhos financeiro e não financeiro de uma empresa; além do capital financeiro, são também reconhecidos os capitais manufaturado, humano, intelectual, natural e social.
Pensamento integrado (perspectiva holística)	Necessidade de pensar a empresa em sua inteireza, considerando seus múltiplos relacionamentos (internos e externos) e os impactos produzidos por suas atividades.
Gestão integrada (gestão multicapital)	Modelo de gestão que visa considerar nos processos decisórios os interesses das diferentes partes interessadas ou <i>stakeholders</i> com as quais a empresa se relaciona direta ou indiretamente.
Criação de valor	A empresa deve criar valor não apenas no curto prazo, segundo um enfoque eminentemente financeiro, mas também no médio e longo prazos, de modo a satisfazer múltiplas expectativas.
Sustentabilidade	Potencial de contribuir para o desenvolvimento sustentável na medida em que a empresa é levada a conectar e gerir diferentes capitais, bem como dar transparência aos desempenhos alcançados.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

4 O RELATO INTEGRADO E A ECOLOGIA INTEGRAL

Nesta parte do trabalho pretende-se refletir acerca da capacidade do relato integrado de contribuir para a realização da “ecologia integral” (Francisco, 2015, p. 85-97) e, mais precisamente, do seu objetivo de promover o “desenvolvimento sustentável e integral” (Francisco, 2015, p. 16).

É inegável o caráter inovador do relato integrado em matéria de divulgação do desempenho empresarial (*disclosure*), posto que, além dos tradicionais resultados financeiros, ele amplia a transparência e oferece também aos *stakeholders* dados e informações de natureza não financeira (IIRC, 2013; Eccles; Krzus, 2014; Soriya; Rastogi; 2022; Dimes; Molinari, 2023; Jayasiri; Kumarasinghe; Pandey, 2023; Cruz *et al.*, 2024; Sun, 2024).

Conforme Dilling, Harris e Caykoğlu (2023), duas teorias ajudam a compreender os esforços empreendidos pelas empresas com vistas à divulgação de informações referentes ao seu desempenho, notadamente o de natureza ambiental e social. A primeira se refere à teoria da legitimidade (Deegan, 2007; Cho; Dennis, 2007), segundo a qual tais esforços podem ser vistos como uma estratégia destinada a legitimar as empresas perante o público e, desse modo, influenciar a percepção deste acerca do desempenho que lograram em determinado período. A segunda, por sua vez, consiste na teoria dos *stakeholders* (Freeman, 1984). À luz dessa teoria, os dados e informações divulgados se prestam a informar e, ao mesmo tempo, influenciar as diferentes partes interessadas (Dilling; Harris; Caykoğlu, 2023).

Independentemente do que possa motivar essas divulgações, o fato é que às empresas cabe promover significativas mudanças em seu modo de atuar nos mercados e de gerir os capitais que empregam e afetam, uma vez que, espontânea ou compulsoriamente, elas são impelidas a tornar públicos os resultados alcançados. Ou seja, a transparência proporcionada pelo relato integrado tem o condão de constrangê-las em benefício da sustentabilidade.

E é justamente sob essa perspectiva que se reputa a possibilidade de o relato integrado contribuir para a realização da “ecologia integral” (Francisco, 2015, p. 85-97). Ademais, como visto anteriormente, ambos compartilham relevantes convergências que, em síntese, se inscrevem no campo da promoção da sustentabilidade.

Quadro 3 – Convergências entre o relato integrado e a ecologia integral

Convergências	Relato integrado	Ecologia integral
Perspectiva holística	Pensamento integrado ou holístico; multiplicidade de relacionamentos e de impactos produzidos pelas atividades de uma empresa.	Noção de que tudo está intimamente relacionado; enfrentamento dos desafios ambientais e sociais a partir de uma visão integral e holística.
Caráter multidimensional	Resultados financeiros e não financeiros de uma empresa; reconhecimento de múltiplos capitais: financeiro, manufaturado, humano, intelectual, natural e social.	Consideração de diferentes dimensões da existência, ou seja, humana, social, econômica, cultural e da vida cotidiana, a fim de que o ser humano se desenvolva em toda a sua inteireza.
Solidariedade	Interdependência entre capitais financeiro e não financeiro; engajamento e colaboração; corresponsabilidade na criação de valor para todas as partes.	Interdependência entre seres humanos e meio ambiente; progresso para todos; responsabilidade para com as gerações futuras.

Sustentabilidade	Conexão e gestão integral de capitais financeiros e não financeiros podem contribuir para a exploração sustentável de diferentes recursos, especialmente os naturais.	Promoção do desenvolvimento sustentável e integral; incentivo à utilização responsável e cuidadosa dos recursos naturais.
------------------	---	---

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

De acordo com o exposto no Quadro 3, perspectiva holística, caráter multidimensional, noção de solidariedade e busca pela sustentabilidade são pontos de convergência entre o relato integrado e a “ecologia integral” (Francisco, 2015, p. 85-97). Isso permite pressupor que, uma vez implementado, elaborado e divulgado segundo os princípios e padrões requeridos pelo quadro de referência do IIRC (2013), o relato integrado goza de potencial para funcionar como instrumento de realização e promoção da “ecologia integral” (Francisco, 2015, p. 85-97) no mundo dos negócios. O novo modelo de *disclosure* por ele introduzido vai ao encontro dos anseios da sociedade contemporânea, posto que integra aspectos econômicos, sociais e ambientais, ao mesmo tempo que incita uma gestão integrada cujo objetivo é, segundo Dimes e Villiers (2024), criar valor para a empresa e seus *stakeholders*.

De acordo com Adams (2015) e Arora, Lodhia e Stone (2022), o relato integrado pode mesmo mudar a maneira de as empresas pensarem a respeito das questões relativas a negócios e à sustentabilidade. Para Sun (2024), ele atende às demandas de múltiplas partes interessadas, contribui para melhores tomadas de decisões, favorece a adoção de práticas mais sustentáveis, integradoras (ambiental, social e governança) e orientadas ao longo prazo. Com base nessas e outras evidências, Sun (2024, p. 10) sugere ser o relato integrado uma “ferramenta para alcançar objetivos de sustentabilidade mais amplos”.

Nesse sentido, mediante estudo realizado a partir do ponto de vista dos profissionais que elaboram o relato integrado, Arora, Lodhia e Stone (2022, p. 1414-1415) constatam que as organizações têm consciência da capacidade do relato integrado de habilitá-las a enfatizar a “criação de valor mediante foco em sustentabilidade e ampla gama de partes interessadas”. Ainda segundo esses autores, o relato integrado é, na visão dos seus preparadores, um “veículo útil” para a divulgação do desempenho financeiro e não financeiro de organizações. Na mesma esteira, Honey, Ahsan e Migliori (2025) apontam que publicações integradas têm sido reforçadas na Europa e em outras regiões, principalmente enquanto meio de divulgação das empresas sobre questões climáticas.

A fim de alcançar efetivamente seus objetivos, a implementação do relato integrado deve superar algumas barreiras, como bem destacado no estudo de Dumay *et al.* (2017). Segundo tais autores, essas incluem, por exemplo, obstáculos relacionados à própria definição de relato integrado (há confusões a respeito), ao seu controle por profissionais da área contábil e empresas multinacionais

(ênfase no interesse financeiro), à prática do pensamento integrado (gestão integrada), bem como à necessária mudança de comportamento e de cultura organizacional.

Em relação à última barreira supracitada, insta realçar que se trata de dificuldade congênere à assinalada por Francisco (2015, p. 126) no tocante à realização da “ecologia integral” (Francisco, 2015, p. 85-97), ou seja, a inevitável “conversão ecológica” para que os seres humanos se encontrem com Jesus e, desse modo, sejam capazes de “viver a vocação de guardiões da obra de Deus”. A dita barreira pode também ser compreendida sob a ótica da indispensável mudança de cosmologia, preconizada por Boff (2011, p. 26-27), que implica a passagem de uma “cosmologia da conquista” para uma “cosmologia do cuidado”. Enquanto essa transformação não é alcançada, relato integrado e “ecologia integral” (Francisco, 2015, p. 85-97) seguem enfrentando relevantes obstáculos para uma implementação efetiva e verdadeira no contexto de uma governança corporativa predominantemente financeira (Pereira Filho, 2025b).

Outra barreira que merece atenção especial diz respeito à prática do pensamento integrado. Mediante estudo realizado a partir de experiências de organizações que procuram adotá-lo, Dimes e Villiers (2024, p. 8) apresentam achados importantes que podem contribuir para a superação do referido obstáculo. Mais precisamente, eles destacam quatro características distintivas (*hallmarks*) do pensamento integrado que seriam essenciais ao seu processo de implementação. Tais características compreendem as seguintes: a) “Conselho de Administração e diretor executivo impulsionam a adoção do pensamento integrado”; b) “estratégia integrada”; c) “cultura de verdade e colaboração” e; d) “inteligência integrada”.

O elemento humano (Conselho de Administração e diretor executivo) revela-se, portanto, fundamental para a prática efetiva do pensamento integrado, de modo a permitir e impulsionar sua adoção no âmbito da estratégia, da cultura e da inteligência das empresas. Isso porque são suas crenças, valores e visões de mundo que guiam as decisões tomadas e produzem efeitos na realidade cotidiana. Daí a premência da “conversão ecológica” (Francisco, 2015, p. 126) e da “cosmologia do cuidado” (Boff, 2011, p. 27) para que os dirigentes se tornem agentes promotores do “desenvolvimento sustentável e integral” (Francisco, 2015, p. 16), buscando, por meio de suas decisões, não apenas bons resultados financeiros, mas também resultados louváveis nas esferas ambiental, humana e social. Como efeito, responderiam, positiva e concomitantemente, às demandas das partes interessadas e da sociedade em geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o exposto neste trabalho, pode-se concluir que o relato integrado tem desempenhado um importante papel em prol da realização das preconizações do conceito de “ecologia integral” (Francisco, 2015, p. 85-97). São relevantes as convergências entre ambos em termos de perspectiva holística, caráter multidimensional, noção de solidariedade e defesa da sustentabilidade.

Há, contudo, consideráveis barreiras que precisam ser superadas para que o relato integrado progrida e se torne um instrumento mais efetivo na promoção do desenvolvimento sustentável e integral. Dentre outras, tais barreiras envolvem, sobretudo, a necessidade de se modificar o comportamento e a cultura das organizações, que geralmente priorizam resultados financeiros em detrimento dos não financeiros.

A superação desses obstáculos passa, principalmente, pela sensibilização, conscientização e educação de crianças, jovens e adultos em relação aos atuais desafios ambientais e sociais que se impõem à humanidade. Trilhar esse caminho favorece a concepção de uma nova mentalidade que, fundada no cuidado, no respeito, na solidariedade e na sustentabilidade, deve ser agudamente difundida no seio social. Ademais, esse trilhar torna possível construir soluções coletivas e mais completas em benefício de todos.

No contexto das empresas, em particular, a expectativa é que essa nova mentalidade contribua para a consolidação e a disseminação de um modo de governança verdadeiramente orientado aos *stakeholders*. Enquanto tal, esse modo de governança deve impulsionar uma gestão integrada (pensamento integrado) e orientada à criação de valor a curto, médio e longo prazos, ou seja, para a empresa e o conjunto de suas partes interessadas.

REFERÊNCIAS

- ABNT NBR ISO 26000. Diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro: ABNT, 2010. Disponível em: <https://www.normas.com.br/visualizar/abnt-nbr-nm/30177/nbriso26000-diretrizes-sobre-responsabilidade-social>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- ADAMS, C. A. The International Integrated Reporting Council: a call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 27, p. 23-28, 2015.
- ALIBHAI, S. et al. Wiley IFRS 2023: interpretation and application of IFRS standards. New Jersey: John Wiley & Sons, 2023.
- ARORA, M.; LODHIA, S.; STONE, G. Preparers' perceptions of integrated reporting: a global study of integrated reporting adopters. *Accounting & Finance*, v. 62, p. 1381-1420, 2022.
- AUTISSIER, D. et al. *Conduite du changement: concepts clés*. 3. ed. Paris: Dunod, 2018.
- BALLET, J.; MAHIEU, F.-R. *Éthique économique*. Paris: Ellipses, 2003.
- BARBIAN, F. RSE: le grand changement c'est maintenant? *La Semaine*, 2024. Disponível em: <https://www.lasemaine.fr/rse-le-grand-changement-cest-maintenant/>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- BEYNEIX, I. Le durcissement du droit de la RSE oblige les sociétés à être vraiment des entreprises citoyennes. *Le Monde*, 25 out. 2023. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2023/10/25/le-durcissement-du-droit-de-la-rse-oblige-les-societes-a-etre-vraiment-des-entreprises-citoyennes_6196352_3232.html. Acesso em: 21 jul. 2024.
- BOFF, L. Duas cosmologias em conflito. *Vida Pastoral*, ano 52, n. 277, p. 26-27, 2011.
- BRÉMOND, J.; GÉLÉDAN, A. *Dictionnaire des théories et mécanismes économiques*. Paris: Hatier, 1984.
- CAMILLERI, M. Theoretical insights on integrated reporting: the inclusion of non-financial capitals in corporate disclosures. *Corporate Communications: An International Journal*, v. 23, n. 4, p. 567-581, 2018.
- CHIRAIRO, F.; MOLELE, M. Integrated reporting: a jurisdictional review on the progress of implementation. *Research Journal of Finance and Accounting*, v. 15, n. 2, p. 68-77, 2024.
- CHO, C.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note. *Accounting, Organizations and Society*, v. 32, n. 7-8, p. 639-647, 2007.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Resolução CVM nº 14, de 9 de setembro de 2020. Aprova a Orientação Técnica CPC 09 - Relato Integrado. Brasília: CVM, 2020. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol014.html>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 26(R5): apresentação das demonstrações contábeis. Brasília: CFC, 2017. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26\(R5\)_rev19.pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26(R5)_rev19.pdf). Acesso em: 15 out. 2024.

CRUZ, S. et al. Integrated reporting: a literature review. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 18, n. 4, p. 1-36, 2024.

DEEGAN, C. Organizational legitimacy as a motive for sustainability reporting. In: UNERMAN, J.; BEHBINGTON, J.; O'DWYER, B. (ed.). *Sustainability Accounting and Accountability*. London: Routledge, 2007. p. 127-149.

DE MORI, G. L. Ecologia integral: da responsabilidade à solidariedade. *Encontros Teológicos*, v. 39, n. 3, p. 701-721, 2024.

DEWI, H.; ANGGARA, T. C.; LINDRIANASARI, L. The impact of green accounting and integrated reporting on financial and market performance. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, v. 1324, p. 1-14, 2024.

DHIFI, K.; LAJNEF, K. The mediating role of shareholders score in fostering environmental innovation through integrated reporting: insight from Japan. *Global Knowledge, Memory and Communication*, v. ahead-of-print, n. ahead-of-print, p. 1-19, 2024.

DILLING, P.; HARRIS, P.; CAYKOYLU, S. Climate change and corporate governance: did we get it all wrong? *Preprints*, p. 1-31, 2023.

DIMES, R.; MOLINARI, M. Non-financial reporting and corporate governance: a conceptual framework. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. ahead-of-print, n. ahead-of-print, p. 1-27, 2023.

DIMES, R.; VILLIERS, C. Hallmarks of integrated thinking. *The British Accounting Review*, v. 56, n. 1, p. 1-26, 2024.

DONKOR, A.; TRIREKSANI, T.; DJAJADIKERTA, H. Incremental value relevancies in the development of reporting of sustainability performance. *Journal of Corporate Accounting & Finance*, v. 35, p. 44-65, 2024.

DUMAY, J. et al. Barriers to implementing the International Integrated Reporting Framework: a contemporary academic perspective. *Meditari Accountancy Research*, v. 25, n. 4, p. 461-480, 2017.

ECCLES, R.; KRZUS, M. *The integrated reporting movement: meaning, momentum, motives and materiality*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2014.

FATIMA, T.; ELBANNA, S. Corporate social responsibility (CSR) implementation: a review and a research agenda towards an integrative framework. *Journal of Business Ethics*, v. 183, n. 1, p. 105-121, 2023.

FRANCISCO, Papa. *Carta encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

FRANCISCO, Papa. *Exortação apostólica Laudate Deum: a todas as pessoas de boa vontade, sobre a crise climática*. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em: 21 out. 2024.

- FREEMAN, R. E. Strategic management: a stakeholder approach. Boston: Pitman Publishing, 1984.
- GARNETT, E.; BALMFORD, A. The vital role of organizations in protecting climate and nature. *Nature Human Behavior*, v. 6, p. 319-321, 2022.
- HONEY, D.; AHSAN, T.; MIGLIORI, S. The impact of governance quality on corporate climate risk disclosure: the role of the governance committee. *International Review of Financial Analysis*, v. 98, n. 1, p. 1-11, 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Código das melhores práticas de governança corporativa. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023. Disponível em: <https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=24640>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). Cadre de référence international portant sur le reporting intégré. Londres: IIRC, 2013. Disponível em: <https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORKFrench.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). Integrated thinking & strategy: state of play report. Londres: IIRC, 2020. Disponível em: https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2020/01/Integrated-Thinking-and-Strategy-State-of-Play-Report_2020.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.
- INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD (ISSB). About the International Sustainability Standards Board. Londres: IFRS Foundation, [2024]. Disponível em: <https://www.ifrs.org/groups/international-sustainability-standards-board/>. Acesso em: 17 jul. 2024.
- IUDÍCIBUS, S. et al. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- JAYASIRI, N.; KUMARASINGHE, S.; PANDEY, R. 12 years of integrated reporting: a review of research. *Accounting & Finance*, v. 63, p. 2187-2243, 2023.
- JOÃO PAULO II, Papa. Carta encíclica Centesimus Annus: no centenário da Rerum Novarum. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1991. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html. Acesso em: 20 jul. 2024.
- LUYCKX, C. L'écologie intégrale: relier les approches, intégrer les enjeux, tisser une vision. *La Pensée Écologique*, v. 2, n. 6, p. 77-95, 2020.
- MAYMO, V.; MURAT, G. La boîte à outils du développement durable et de la RSE. 2. ed. Paris: Dunod, 2023.
- MOHD ALI, M. et al. Content analysis of integrated reporting in Malaysia. *WSEAS Transactions on Business and Economics*, v. 21, p. 1064-1082, 2024.

PAULO VI, Papa. Constituição pastoral Gaudium et Spes: sobre a Igreja no mundo atual. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 2 dez. 2024.

PAVLOPOULOS, A.; MAGNIS, C.; IATRIDIS, G. Integrated reporting: is it the last piece of the accounting disclosure puzzle? *Journal of Multinational Financial Management*, v. 41, p. 23-46, 2017.

PEREIRA FILHO, A. D. A encíclica Laudato Si' e a definição de capital na estrutura conceitual das normas contábeis. *Revista Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 7, p. 1-19, 2025a.

PEREIRA FILHO, A. D. Ecologia integral, governança corporativa e educação. *Revista Aracê: Direitos Humanos em Revista*, v. 7, n. 4, p. 17340-17348, 2025b.

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. *Microeconomia*. 8. ed. São Paulo: Pearson Universidades, 2013.

RAU, P. R.; YU, T. A survey on ESG: investors, institutions and firms. *China Finance Review International*, v. 14, n. 1, p. 3-33, 2024.

SÁNCHEZ-CAMACHO, J.; MORENO, J. L. Foundations and implications of the integral ecology and sustainable development goals in catholic university education. *Religions*, v. 15, n. 4, 480, p. 1-16, 2024.

SORIYA, S.; RASTOGI, P. A systematic literature review on integrated reporting from 2011 to 2020. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, v. 20, n. 3/4, p. 558-579, 2022.

SUN, Y. The real effect of innovation in environmental, social, and governance (ESG) disclosures on ESG performance: an integrated reporting perspective. *Journal of Cleaner Production*, v. 460, p. 1-14, 2024.

THE INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate change 2023: synthesis report*. Genebra: IPCC, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_FullVolume.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

UMBRELLO, S. Book review: The eucharistic vision of Laudato Si': praise, conversion, and integral ecology. By Lucas Briola. *Irish Theological Quarterly*, v. 89, n. 4, p. 399-402, 2024.

VITOLLA, F. et al. How pressure from stakeholders affects integrated reporting quality. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 26, n. 6, p. 1591-1606, 2019.

YABLONSKY, S. et al. Performance durable de l'entreprise: quels indicateurs pour une évaluation globale? Paris: L'Académie des Sciences et Techniques Comptables et Financières/SAGE, 2017.